

Constituída a Companhia do Jari

Os 23 empresários associados para tocar o Projeto Jari, assinaram ontem, na sede das indústrias Villares, em São Paulo, o documento de constituição da Companhia do Jari, o qual entrará na Junta Comercial do Rio de Janeiro na segunda-feira. Nesse mesmo dia, os membros da companhia assinarão, em Brasília, durante audiência com o presidente Figueiredo, o contrato de compra, que inclui a Jari Florestal e a Caulin Amazônia. Até o final da tarde de hoje, todos os 23 sócios deverão depositar no Banco do Estado do Rio de Janeiro 10% do total de sua participação no empreendimento.

Na reunião de ontem — de cerca de três horas e meia —, ficou constituída a primeira diretoria da nova empresa. Presidida por Sérgio Quintela, da Companhia Internacional de Engenharia do Rio de Janeiro, tem como diretores Frederico Antunes e João Baptista Athayde, da Caerni. No Conselho de Administração ficaram: pelo Grupo Antunes: Augusto Trajano de Azevedo Antunes, Arnaldo Blanck, Edmundo Barbosa da Silva e Daniel Sydenstricker. Pelos demais sócios, Paulo Villares, Leonídio Ribeiro Filho, João Fortes, Amador Aguiar, J. Murilo Vale Mendes. Antunes cedeu a quinta vaga a que tinha direito — para ela foi indicado Paulo Villares.

Bom negócio

Evitar a criação de uma "Jari-brás", ou qualquer outra denominação que pudesse ser dada a mais uma empresa estatal, foi, sem dúvida, a

motivação principal dos 23 empresários que se uniram para a constituição da empresa privada nacional Companhia do Jari, como reconheceu a maioria dos empresários consultados ontem.

Foi um bom negócio para todos: para os empresários, porque um aporte de capital de 350 milhões de cruzeiros, em três anos, não é muito significativo, se comparado com o passivo dos seus próprios empreendimentos; para o governo, porque conseguiu viabilizar o Projeto Jari, mostrando que Carajás e Cerrados, também poderão tornar-se viáveis.

Para a maioria dos empresários, mais do que o aspecto econômico de retorno de capital, nacionalizar o Projeto Jari teve em mente duas preocupações: o problema social e atender ao apelo do governo.

Pedro Conde, do Banco de Crédito Nacional, não considera sacrifício participar do empreendimento, embora reconheça que sua viabilidade como investimento só se dará "num futuro nada previsível". Informou que decisão do BCN de participar do negócio foi tomada com 20% de desejo de evitar uma nova estatização e 80% pela viabilidade do projeto. Observou ainda que investir na Amazônia não estava nos planos de sua instituição financeira, razão pela qual o aporte de 350 milhões de cruzeiros não pode ser considerado tão insignificante.

Solicitação

Paulo Villares disse que sua adesão não foi só por viabilidade econô-

mica, mas principalmente em atenção à solicitação do governo. "Não fizemos estudos de geração de caixa, pois confiamos nos estudos de Augusto Trajano Antunes", salientou. Para ele, não haverá problemas financeiros para o Jari, mas, sim, apenas de natureza operacional. Amador Aguiar, do Bradesco, também não se preocupa com a rentabilidade do projeto, pois "o que vale é entrar na hora que é necessário".

Os empresários também não consideraram relevante a observação de Loke Craig, executivo de Ludwig, sobre a necessidade de construir uma nova fábrica de celulose, sendo necessário para isso mais 700 milhões de dólares, para que o empreendimento seja rentável. Pedro Conde disse que isso está dentro do projeto "tão logo se viabilize a empresa" e Antunes afirmou ser uma opinião pessoal, pois, segundo ele, isso só será feito numa segunda fase, já que "agora é tornar rentável o projeto com apenas uma usina".

Quanto à participação do Banco do Brasil no empreendimento, Antunes disse que o governo está investindo temporariamente, porque o acordo prevê a recompra das ações da companhia, num prazo não determinado. Lembrou, porém, que o dinheiro investido terá juros de 10% mais correção monetária. Sobre a situação das terras do Jari Antunes disse que mandará mensagem ao Senado para regularizá-la, mas negou que existam índios na área e afirmou que há poucos posseiros.

Contrato

De acordo com o contrato de nacionalização do Projeto Jari, o empresário Daniel Ludwig cede todas as suas cotas do empreendimento recebendo as "partes de fundador", que equivalem a dividendos em moeda que a Companhia do Jari vier a receber da Jari Florestal depois de cinco anos. De 1987 a 96, Ludwig terá direito a 5% desses dividendos; de 97 a 2006, 4%; de 2007 a 2021, 3%. A partir daí se extinguem os compromissos de Ludwig ou a Fundação do Câncer não terá direito a resgates.

O empresário Augusto de Azevedo Antunes confirmou a dívida do Jari de 340 milhões de dólares, que a nova companhia irá assumir, dando garantia de hipoteca da fábrica de

papel e celulose no valor de 400 milhões de dólares. Desse total, segundo o porta-voz da companhia, Mauro Salles, 200 milhões de dólares são e continuarão sendo avaliados pelo BNDE. Uma das parcelas da dívida da Jari Florestal vence dia 31 de janeiro, no valor aproximado de 20 milhões de dólares. Ludwig disse que não pagaria esta parcela, mas, agora, com os 280 milhões de dólares de capital da nova companhia (dos quais 180 milhões de dólares do Banco do Brasil) a serem integralizados em três anos, será possível aos novos acionistas cobrir "as necessidades de caixa e consertos a curto prazo", segundo Mauro Salles. Pelos cálculos da nova companhia, a Jari Florestal necessitará cerca de 171 milhões de dólares para garantir fluxo de caixa.

Ludwig, segundo Figueiredo

Segundo um dos empresários presentes à reunião, Antunes, durante o relato feito aos sócios, disse ter ouvido do presidente Figueiredo, durante a audiência mantida anteontem, a seguinte frase: "O empresário norte-americano Daniel Ludwig foi muito injustiçado em nosso país". Ao citar a frase do presidente, segundo a mesma fonte, a platéia ficou surpresa, da mesma forma que ficou quando Antunes disse que ouviu também do presidente Figueiredo que Lud-

wig veio ao Brasil "em razão do convite que lhe foi formulado pelo embaixador Roberto Campos e pelo estímulo recebido do então presidente Castelo Branco". Ao final da reunião o banqueiro Pedro Conde disse ao Estado que também considerava Ludwig "um dos homens mais injustiçados pelo Brasil". Mauro Salles, porta-voz da nova companhia — e que participou de toda a reunião — confirmou o relato (inclusive anotado por ele) de Azevedo Antunes.

Até junho, instalam-se órgãos governamentais

LÚCIO FLÁVIO PINTO
Enviado especial

A conclusão do centro administrativo e residencial que vai abrigar vários órgãos do governo federal em Monte Dourado, sede do Projeto Jari está prevista para o primeiro semestre de 82. Serão 27 blocos para escritórios e residências que a Comara (órgão do Ministério da Aeronáutica responsável pela construção de aeroportos na Amazônia) está executando na área do planalto, próxima ao aeroporto de Monte Dourado. Ali ficarão instalados representações dos Ministérios do Trabalho, Previdência Social, Agricultura (IBDF), Justiça (Polícia Federal) e Fazenda (Receita Federal).

Os primeiros órgãos governamentais instalados no Jari foram a Capitania dos Portos, que tem uma agência no porto de Munguba, ao lado da fábrica de celulose; a receita estadual, que montou uma agência de fiscalização; e a Polícia Militar e a Telepar, companhia telefônica do sistema Teletrás. Essa estrutura está mais voltada para o acompanhamento e a fiscalização, sem assumir a gerência da infra-estrutura, como pretendia a direção do Jari.

BNH

A expectativa é sobre a presença do BNH. Um dos principais encargos da empresa é quanto à manutenção

das casas, que não podem ser vendidas aos seus moradores porque a Jari não é proprietária dos terrenos, em torno dos quais ainda há pendência jurídica. Foi feita uma proposta para que o BNH adquirisse as casas e as revendesse aos moradores, funcionários da Jari. Mas ainda há muitas questões a serem resolvidas antes que o banco possa desenvolver um plano habitacional em Monte Dourado, segundo fontes do BNH.

Até agora a Jari também não conseguiu transferir para órgãos públicos a responsabilidade pelo fornecimento de água e luz. Como há monopólio estatal no setor elétrico, a Jari fornece energia gratuitamente porque não pode cobrar taxas, o mesmo ocorrendo em relação à água e esgotos. Mas é possível que a curto prazo a Comara assuma a responsabilidade pela operação do aeroporto, outro serviço oneroso, admitindo-se a possibilidade de asfaltamento da pista, atualmente de terra batida.

Com a transferência do controle acionário para empresários brasileiros, é provável também que o IBDF declare a área como distrito florestal, possibilitando que a Jari se utilize dos incentivos fiscais do fundo de reflorestamento, ao qual ela não teve acesso até agora. Augusto de Azevedo Antunes já usufruiu desses benefícios no Amapá, onde sua empresa, a Amcel, plantou 28 mil hectares com "pinus".



Foto Luiz Geaerá

Antunes (o terceiro, da esquerda para a direita): presença do Banco do Brasil é temporária

Como será estruturada a empresa

A Companhia do Jari terá sede no Rio de Janeiro, com capital social equivalente a 100 milhões de dólares, subscritos pela iniciativa privada e com participação acionária do Banco do Brasil, de 180 milhões de dólares. Essa participação será por subscrição do capital da Jari Florestal, empresa operacional do Projeto Jari, correspondendo a 25% do capital, já que os restantes 75% serão detidos pela Companhia do Jari.

A divisão do capital social em mais de uma classe de ações e as disposições do estatuto social da Companhia do Jari foram definidas, tendo em vista que, embora constituída como sociedade fechada, mediante subscrição privada de 23 grupos empresariais, a sociedade somente poderá realizar eficientemente seu objetivo se estiver preparada para habilitar-se futuramente a ter acesso ao mercado de capitais, como

fonte de recursos adicionais para o aumento da produção de celulose e a promoção de novos empreendimentos econômicos na área do Jari.

Na primeira fase, a Companhia do Jari está sendo constituída com capital de 12,8 bilhões de cruzeiros ou 100 milhões de dólares. Desse total, 5,1 bilhões de cruzeiros (40%), subscritos por sociedade controlada por Augusto Trajano Antunes, integralizados com a totalidade das cotas do capital da Cadam. Os outros 80%, ou 7,7 bilhões de cruzeiros, serão integralizados em moeda em três anos, subscritos por 22 grupos empresariais brasileiros, contribuindo cada um com 350 milhões de cruzeiros.

As ações do capital serão todas ordinárias, mas divididas em três classes e se diferenciarão pela forma, pelo requisito de nacionalidade dos sócios e pelo direito de eleger em votação em separado membros do conselho de administração. As ações da classe "a" (40 milhões, serão no-

minativas, inconversíveis e somente poderão ser de propriedade de pessoas naturais brasileiras ou pessoas jurídicas brasileiras, que, direta ou indiretamente, estejam sob o controle de pessoas naturais brasileiras. Essas ações conferirão a seus titulares o direito de eleger cinco dos nove membros do conselho de administração. As ações da classe "b" (30 milhões), darão direito de eleger dois desses membros. As ações da classe "c" (30 milhões), também dão direito a eleger dois membros restantes do conselho e serão convertidas em ações preferenciais (com prioridade na restituição do capital, em caso de liquidação e sem direito de voto), quando a assembléia geral deliberar tornar a sociedade companhia aberta.

As ações da classe "a" serão subscritas por sociedade controlada por Augusto Trajano Antunes e integralizadas com a transmissão da propriedade, livre de ônus de todas as cotas do capital da Cadam.

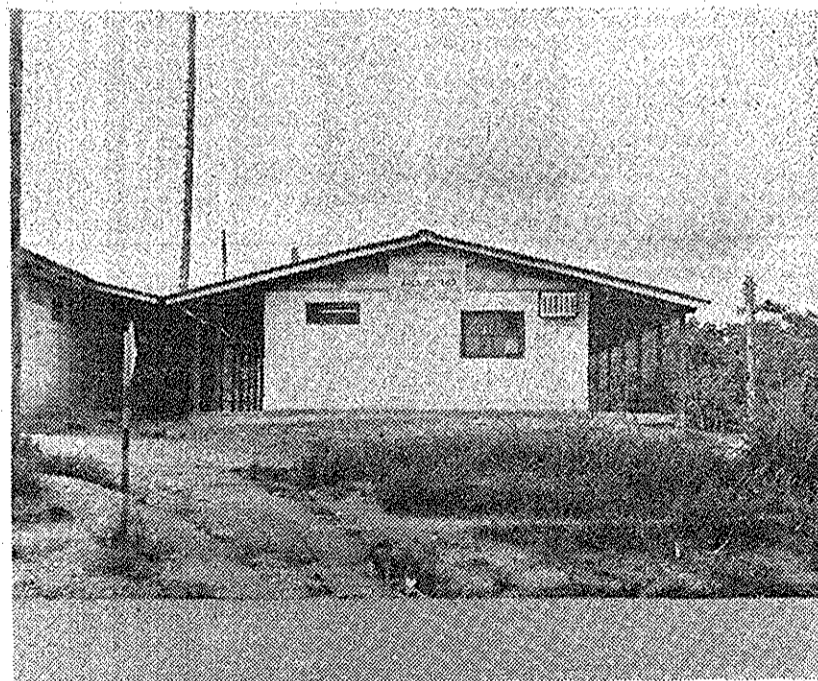


Foto Lúcio Flávio Pinto

A Comara é a responsável pelos projetos

Deputado promete pedir uma CPI sobre operações

O vice-presidente da Comissão das Minas e Energia da Câmara Federal deputado Horácio Ortiz, disse ontem que "a pseudoparticipação do capital nacional na compra do Jari, visa a encobrir o fracasso do projeto e esconder a negociação de Ludwig com a Alcoa de venda de 250 milhões de toneladas de reservas de bauxita".

Ortiz declarou que pedirá a formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, logo após o término do recesso do Congresso a fim de esclarecer irregularidades de "concessão de terras, lavras e operações financeiras do grupo Jari".

Ao mesmo tempo, pedirá explicações sobre a operação Alcoa-Ludwig, de venda, de 250 milhões de

toneladas de bauxita (13% das reservas brasileiras), "que o Brasil dá de graça aos grupos internacionais" e que correspondem ao dobro das reservas da Alcoa em todo o mundo. Ortiz exige uma política mineral "honesta" de compromissos de cotas e "não de entrega gratuita", garantindo estoques estratégicos às empresas internacionais no próprio Brasil.

O deputado disse ainda ser contra a "nacionalização do Jari", pois os 280 milhões de dólares teriam aplicações muito mais prioritárias do ponto de vista econômico-social. Segundo Ortiz, além dos 180 milhões do Banco do Brasil, o governo faria financiamentos ao grupo de empresários por intermédio dos bancos estatais.